



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
23ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE COMBATE MECANIZADA
(Companhia Capitão-Mor Bartolomeu Bueno da Silva/1975)

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 80581.004268/2025-22)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços mecânicos com fornecimento de peças de reposição ORIGINAL ou GENUÍNOS com base nas tabelas AUDATEX, CILIA, TRAZ VALOR ou similares, para manutenções corretivas e preventivas de equipamentos e viaturas leves e pesadas para atender a frota da 23ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (23ª Cia E Cmb Mec), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento., nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

A) VIATURAS:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca FORD	Und	37.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 37.500,00
	2	Serviço de manutenção em viatura da marca FORD	Und	27.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 27.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 1: R\$ 64.500,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	3	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca	Und	10.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00

2		TOYOTA						
	4	Serviço de manutenção em viatura da marca TOYOTA	Und	10.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 2: R\$ 20.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
3	5	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca FIAT	Und	45.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 45.000,00
	6	Serviço de manutenção em viatura da marca FIAT	Und	30.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 30.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 3: R\$ 75.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
4	7	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca VOLKWAGEM	Und	37.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 37.000,00
	8	Serviço de manutenção em viatura da marca VOLKWAGEM	Und	30.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$30.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 4: R\$ 67.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
5	9	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca MITSUBISHI	Und	25.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 25.000,00
		Serviço de manutenção em viatura da marca						

	10	MITSUBISHI	Und	20.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$20.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 5: R\$ 45.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
6	11	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca MERCEDES BENZ	Und	112.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 112.500,00
	12	Serviço de manutenção em viatura da marca MERCEDES BENZ	Und	112.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 112.500,00

VALOR TOTAL DO GRUPO 6: 225.000,00

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
7	13	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca LAND ROVER	Und	20.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 20.000,00
	14	Serviço de manutenção em viatura da marca LAND ROVER	Und	20.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 20.000,00

VALOR TOTAL DO GRUPO 7: R\$ 40.000,00

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
8	15	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca AGRAL	Und	30.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 30.000,00
	16	Serviço de manutenção em viatura da marca AGRAL	Und	20.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 20.000,00

VALOR TOTAL DO GRUPO 8: R\$ 50.000,00

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
9	17	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca FACCHINI	Und	52.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$52.500,00
	18	Serviço de manutenção em viatura da marca FACCHINI	Und	52.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$52.500,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 9: R\$ 105.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	19	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca LIBRELATO	Und	52.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 52.500,00
	20	Serviço de manutenção em viatura da marca LIBRELATO	Und	52.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 52.500,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 10: R\$ 105.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	21	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca MORUMBI	Und	45.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 45.000,00
	22	Serviço de manutenção em viatura da marca MORUMBI	Und	22.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 22.500,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 11: R\$ 67.500,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
12	23	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca RODOLÍNEA	Und	45.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 45.000,00
	24	Serviço de manutenção em viatura da marca RODOLÍNEA	Und	22.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 22.500,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 12: R\$ 67.500,00								
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
13	25	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca IVECO	Und	36.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 36.000,00
	26	Serviço de manutenção em viatura da marca IVECO	Und	37.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 37.500,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 13: R\$ 73.500,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
14	27	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca NISSAN	Und	10.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
	28	Serviço de manutenção em viatura da marca NISSAN	Und	10.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 14: R\$ 20.000,00								

B) EQUIPAMENTOS:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
-------	------	-----------	-----	----------	------------	-----------	-------------	-------------

15	29	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca CATERPILLAR	Und	60.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 60.000,00
	30	Serviço de manutenção em equipamento da marca CATERPILLAR	Und	60.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 60.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 15: R\$ 120.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
16	31	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca XCMG	Und	33.750	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 33.750,00
	32	Serviço de manutenção em equipamento da marca XCMG	Und	33.750	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 33.750,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 16: R\$ 67.500,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
17	33	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca CASE	Und	10000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
	34	Serviço de manutenção em equipam	Und	5.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 5.000,00

		ento da marca CASE						
VALOR TOTAL DO GRUPO 17: R\$ 15.000,00								
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
18	35	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca BOBCAT	Und	30.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 30.000,00
	36	Serviço de manutenção em equipamento da marca BOBCAT	Und	20.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 20.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 18: R\$ 50.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
19	37	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca NEW HOLLAND	Und	35.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 35.000,00
	38	Serviço de manutenção em equipamento da marca NEW HOLLAND	Und	22.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 22.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 19: R\$ 57.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
20	39	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou	Und	35.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 35.000,00

		genuínos da marca MASSEY FERGUSON						
	40	Serviço de manutenção em equipamento da marca MASSEY FERGUSON	Und	18.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 18.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 20: R\$ 53.000,00								
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
21	41	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca HELI	Und	15.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 15.000,00
	42	Serviço de manutenção em equipamento da marca HELI	Und	8.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 8.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 21: R\$ 23.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
22	43	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca Kat	Und	15.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 15.000,00
	44	Serviço de manutenção em equipamento da marca Kat	Und	8.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 8.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 22: R\$ 23.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
23	45	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca GERAPOWER BRASIL	Und	35.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 35.000,00
	46	Serviço de manutenção em equipamento da marca GERAPOWER BRASIL	Und	20.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 20.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 23: R\$ 55.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
24	47	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca ATLAS COPCO	Und	35.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 35.000,00
	48	Serviço de manutenção em equipamento da marca ATLAS COPCO	Und	20.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 20.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 24: R\$ 55.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
25	49	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca PHD GUINDASTES	Und	45.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 45.000,00
	50	Serviço de manutenção em equipamento da marca PHD	Und	22.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 22.500,00

		GUINDASTES						
VALOR TOTAL DO GRUPO 25: R\$ 67.500,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
26	51	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca ARGO GUINDASTES	Und	45.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 45.000,00
	52	Serviço de manutenção em equipamento da marca ARGO GUINDASTES	Und	22.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 22.500,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 26: R\$ 67.500,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
27	53	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca GAMMA COBRA	Und	40.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 40.000,00
	54	Serviço de manutenção em equipamento da marca GAMMA COBRA	Und	20.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 20.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 27: R\$ 60.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	55	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da	Und	15.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 15.000,00

28		marca motor de popa YAMAHA						
	56	Serviço de manutenção em equipamento da marca motor de popa YAMAHA	Und	10.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 28: R\$ 25.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
29	57	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca motor de popa EVINRUDE	Und	15.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 15.000,00
	58	Serviço de manutenção em equipamento da marca de motor de popa EVINRUDE	Und	10.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 29: R\$ 25.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
30	59	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca STHIL	Und	15.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 15.000,00
	60	Serviço de manutenção em equipamento da marca STHIL	Und	10.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 30: R\$ 25.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD	DESC.	DESC MÁX.	VALOR	VALOR
-------	------	-----------	-----	-----	-------	-----------	-------	-------

				MÁX.	MÍN.		UNIT.	TOTAL
31	61	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca TOYAMA	Und	15.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 15.000,00
	62	Serviço de manutenção em equipamento da marca TOYAMA	Und	10.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 31: R\$ 25.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
32	63	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca MOTOMIL	Und	10.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
	64	Serviço de manutenção em equipamento da marca MOTOMIL	Und	10.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 32: R\$ 20.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
33	65	Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca NAGANO	Und	3.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 3.000,00
	66	Serviço de manutenção em equipamento da marca NAGANO	Und	5.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 5.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 33: R\$ 8.000,00								

COTA RESERVADAS PARA ME/MEPP

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
34	67	IDEM ao Grupo 1 (item 2) – cota reservada de aprox. 25% - Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca FORD	Und	12.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 12.500,00
	68	IDEM ao Grupo 1 (item 2) – cota reservada de aprox. 25% - Serviço de manutenção em viatura da marca FORD	Und	9.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 9.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 34: R\$ 21.500,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
35	69	IDEM ao Grupo 6 (item 11) – cota reservada de aprox. 25% - Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca MERCEDES BENZ	Und	37.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 37.500,00
	70	IDEM ao Grupo 6 (item 12) – cota reservada de aprox. 25% - Serviço de manutenção em viatura da marca MERCEDES BENZ	Und	37.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 37.500,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 35: R\$ 75.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
-------	------	-----------	-----	----------	------------	-----------	-------------	-------------

36	71	IDEM ao Grupo 9 (item 17) – cota reservada de aprox. 25% - Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca FACCHINI	Und	17.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$17.500,00
	72	IDEM ao Grupo 9 (item 18) – cota reservada de aprox. 25% - Serviço de manutenção em viatura da marca FACCHINI	Und	17.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$17.500,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 36: R\$ 35.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
37	73	IDEM ao Grupo 10 (item 19) – cota reservada de aprox. 25% - Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca LIBRELATO	Und	17.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 17.500,00
	74	IDEM ao Grupo 10 (item 20) – cota reservada de aprox. 25% - Serviço de manutenção em viatura da marca LIBRELATO	Und	17.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 17.500,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 37: R\$ 35.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	75	IDEM ao Grupo 11 (item 21) – cota reservada de aprox.	Und	15.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 15.000,00

38		25% - Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca MORUMBI						
	76	IDEM ao Grupo 11 (item 22) – cota reservada de aprox. 25% - Serviço de manutenção em viatura da marca MORUMBI	Und	7.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 7.500,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 38: R\$ 22.500,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
39	77	IDEM ao Grupo 12 (item 23) – cota reservada de aprox. 25% - Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca RODOLÍNEA	Und	15.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 15.000,00
	78	IDEM ao Grupo 12 (item 24) – cota reservada de aprox. 25% - Serviço de manutenção em viatura da marca RODOLÍNEA	Und	7.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 7.500,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 39: R\$ 22.500,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
40	79	IDEM ao Grupo 13 (item 25) – cota reservada de aprox. 25% - Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca IVECO	Und	12.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 12.000,00
		IDEM ao Grupo 13 (item 26) – cota						

	80	reservada de aprox. 25% - Serviço de manutenção em viatura da marca IVECO	Und	12.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 12.500,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 40: R\$ 24.500,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
41	81	IDEM ao Grupo 15 (item 29) – cota reservada de aprox. 25% - Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca CATERPILLAR	Und	20.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 20.000,00
	82	IDEM ao Grupo 15 (item 30) – cota reservada de aprox. 25% - Serviço de manutenção em equipamento da marca CATERPILLAR	Und	20.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 20.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 41: R\$ 40.000,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
42	83	IDEM ao Grupo 16 (item 31) – cota reservada de aprox. 25% - Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca XCMG	Und	11.250	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 11.250,00
	84	IDEM ao Grupo 16 (item 32) – cota reservada de aprox. 25% - Serviço de manutenção em equipamento da marca XCMG	Und	11.250	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 11.250,00

VALOR TOTAL DO GRUPO 42: R\$ 22.500,00

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
43	85	IDEM ao Grupo 25 (item 49) – cota reservada de aprox. 25% - Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca PHD GUINDASTES	Und	15.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 15.000,00
	86	IDEM ao Grupo 25 (item 50) – cota reservada de aprox. 25% - Serviço de manutenção em equipamento da marca PHD GUINDASTES	Und	7.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 7.500,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 43: R\$ 22.500,00								

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U.M	QTD MÁX.	DESC. MÍN.	DESC MÁX.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
44	87	IDEM ao Grupo 26 (item 51) – cota reservada de aprox. 25% - Peças de reposição, acessórios e suprimentos originais ou genuínos da marca ARGO GUINDASTES	Und	15.000	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 15.000,00
	88	IDEM ao Grupo 26 (item 52) – cota reservada de aprox. 25% - Serviço de manutenção em equipamento da marca ARGO GUINDASTES	Und	7.500	6%	30%	R\$ 1,00	R\$ 7.500,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 44: R\$ 22.500,00								

VALOR TOTAL ESTIMADO DE R\$ = R\$ 2.210.000,00 (Dois milhões e duzentos e dez mil reais)

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

OU

~~1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como especiais, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.~~

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

OU

1.6. O prazo de vigência inicial da contratação é de doze meses após a data da assinatura da ata é no máximo de 5 anos, contados do(a) da data da assinatura do contrato, anexo a este Edital. ~~prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

1.7. ~~O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] OU [o Estudo Técnico Preliminar] OU [os termos da Nota Técnica .../...];~~

OU

1.8. ~~O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo, limitado a um ano da ocorrência da emergência ou calamidade] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.~~

1.9. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.10. Havendo qualquer divergência entre a descrição do CATSER e a contida neste Termo de Referência, prevalecerá a deste último.

1.11. Não será aceita a especificação do objeto ofertado que contenha somente a expressão “de acordo com o edital” ou expressão semelhante a esta, bem como qualquer especificação que não permita a clara identificação das características do Objeto ofertado.

1.12. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minuciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, em língua portuguesa.

1.13. Nos casos de pareceres técnicos desfavoráveis à aceitação do material/serviço, estes serão utilizados como instrumento para rejeição da proposta referente ao grupo;

1.14. Se a proposta for rejeitada, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

1.15. Conforme o ACÓRDÃO TCU 697/2006, o desconto máximo poderá ser aceitável proposto pelos licitantes não podendo ultrapassar 30% do valor estimado pela Administração, tendo em vista que esta limitação ocorre por diversos motivos, tais como a não entrega de bens em datas posteriores devido ao alto desconto entre fornecedores e, se for o caso, abertura de Processo Administrativo para solução dos impasses.

1.16. Ocorrerá a seguinte dinâmica: o valor do desconto não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento). Será classificado o fornecedor que apresentar o MAIOR DESCONTO entre as propostas apresentadas. Sendo assim, o sistema não reconhecerá o maior desconto de 30% (trinta por cento) mas registrará o horário de lance. Entretanto, o desempate se dará por meio, ainda no decorrer do certame, na fase de habilitação ou julgamento das propostas e na forma do Art.60 da Lei 14.133/21. Caso haja divergências do fornecedor “classificado” em primeiro lugar, será analisado o segundo fornecedor que ofertou o MAIOR DESCONTO e assim sucessivamente

1.17. Em caso de empate na fase de lance, o sistema registrará aquele que ofertou o lance primeiro. O critério de classificação estará sujeito no ato do Julgamento das propostas e também na fase de Habilitação de fornecedores.

1.18. Os fornecedores nos quais forem vencedores dos grupos aceitos, deverão cumprir e entregar os serviços que for cadastrado no ComprasNet em Descrição do Item, pois muitas vezes não conseguimos achar o CATSER exato com suas características e dimensões no Catálogo.

1.19. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024/2025], conforme detalhamento a seguir:*

- I) ID PCA no PNCP: [00394452000103-0-000077/2024];
- II) Data de publicação no PNCP: [20/05/2023];
- III) Id do item no PCA: [...];
- IV) Classe/Grupo: [...];
- V) Identificador da Futura Contratação: [...];

OU

2.3. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. As empresas participantes do certame deverão adotar os seguintes critérios de sustentabilidade, no que couber, em razão do disposto no art. 5º IN MPOG nº 01/2010:

4.2.1 que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.2.2 que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.2.3 que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.2.4 que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.2.5 Os produtos comercializados devem ser constituídos no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 E 15448-2

4.2.6 As licitantes devem observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.2.7 Os produtos comercializados devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.2.8 Entregar o objeto de acordo com as Normas Legais previstas (NR6 do Ministério do Trabalho e Emprego, INMETRO, ANP, NBR, ABNT, ANVISA e outras), nos prazos e condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência e no Contrato ou equivalente, com certificado de garantia dos materiais adquiridos.

4.2.9 Os materiais comercializados devem atender as exigências da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9605/98), como por exemplo, para a comercialização de carvão deverá ser exigida a licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente.

4.2.10 Adotar práticas de sustentabilidade ambiental adequada que o objeto contratual o exigir, incluída, quando for o caso, a obrigação de estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante recolhimento dos produtos após o uso pela Administração ou resíduos decorrentes da execução contratual, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, dando destinação ambientalmente adequada aos produtos e as embalagens reunidos ou devolvidos, com o encaminhamento do rejeito para disposição final também ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente.

4.2.11 Entregar o objeto de acordo com as Normas Legais previstas (INMETRO, ANP, NBR, ANT, ANVISA e outras), nos prazos e condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência e no Contrato ou equivalente, com certificado de garantia dos materiais adquiridos.

4.2.12 ~~Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.~~

4.2.13 ~~Por ordem da Contratante, a contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador,~~

responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata:

4.2.14 Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:-

4.2.15 Lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;-

4.2.16 Queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

4.2.17 Lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.2.18 Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:-

4.2.19 Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.2.20 Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata

4.3. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata

4.3.1 [...];

4.3.2 [...]; e

4.3.3 [...].

Indicação de marcas ou modelos

4.4. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...):

1. Conforme Apêndice II – Relação da Frota da 23ª Cia E Cmb Mec, anexo ao Edital.

4.4.1. A opção de listar os itens por marcas e não por peças se justifica pela impossibilidade de saber todas as peças de um determinado equipamento, uma vez que as montadoras/concessionárias /fabricantes não disponibilizam o catálogo de peças. Diante de tal premissa, os servidores públicos responsáveis pela manutenção das viaturas não detêm todas as informações, pois, não há como saber qual peça ou componente irá danificar com precisão, e nem como prever quantas serão necessárias e quais as peças e/ou componentes a adquirir. Podemos citar exemplos de várias viaturas que possuem em sua totalidade

aproximadamente 3.000 peças e acessórios. Mesmo se tivéssemos acesso ao catálogo das montadoras/fabricantes/concessionárias seria incomensurável e antioperacional realizar um certame com milhares de itens. Sabemos que um dos Princípios norteadores da licitação é a aquisição mais vantajosa para a Administração, em que se coaduna a celeridade, eficiência, eficácia e economia processual. Percebe-se que o interesse público não seria satisfeito em tempo oportuno, uma vez a dificuldade em operacionalizar o certame e que poderá levar meses para simplesmente lançar um pregão SRP, desta forma, o conjunto de apoio logístico da Companhia seria prejudicado.

~~Da vedação de contratação de marca ou produto~~

4.5. *Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº 80581.004268/2025-22, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:*

4.5.1 Que não estiverem de acordo com o subitem 1.1. deste Termo de Referência.

~~Da exigência de amostra~~

4.6. *Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgadas por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.*

4.7. *Serão exigidas amostras dos seguintes itens:*

4.7.1 ~~[...];~~

4.7.2 ~~[...]; e~~

4.7.3 ~~[...].~~

4.8. *As amostras poderão ser entregues no endereço ~~[indicar o endereço]~~ no prazo limite de ~~[indicar o prazo]~~, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.*

4.9. *É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.*

4.10. *No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.*

4.11. *Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:*

4.11.1 ~~Itens (...):~~

4.11.2 ~~Itens (...):~~

4.12. *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*

4.13. *Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.*

4.14. *Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.*

4.15. *Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de ~~XX (xxxxx)~~ dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.*

4.16. ~~Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.~~

Da exigência de carta de solidariedade

4.17. ~~Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

Subcontratação

4.18. ~~Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.~~

OU

4.19. ~~É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de XX% (xxxxx por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:~~

4.20. ~~É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:~~

4.20.1 ~~..A subcontratação fica limitada a [parcela permitida/percentual].;~~

4.20.2 ~~[...]; e~~

4.20.3

4.20.4 ~~[...].~~

4.21. ~~O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.~~

4.22. ~~Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:~~

4.22.1 ~~[...];~~

4.22.2 ~~[...]; e~~

4.22.3 ~~[...].~~

4.23. ~~Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.~~

4.24. ~~A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.~~

4.25. ~~O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.~~

4.26. ~~É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

Garantia da contratação

4.27. ~~Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.~~

OU

4.28. ~~Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a XX% (xxxxx por cento) do valor [total] OU [anual] da contratação.~~

4.29. ~~Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.~~

4.29.1 ~~A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.~~

4.29.2 ~~Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.~~

4.29.3 ~~A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.~~

4.29.4 ~~Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.~~

4.29.5 ~~Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.~~

4.30. ~~Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.~~

4.31. ~~Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.~~

4.32. ~~No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.~~

4.33. ~~Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.~~

4.33.1 ~~O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).~~

4.34. ~~A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:~~

4.34.1 ~~prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e~~

4.34.2 ~~multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.~~

4.35. ~~No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da~~

~~data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.~~

~~4.36. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.~~

~~4.37. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.~~

~~4.38. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.~~

~~4.38.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.~~

~~4.38.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.~~

~~4.39. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.~~

~~4.39.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.~~

~~4.39.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.~~

~~4.40. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.~~

~~4.41. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.~~

~~4.42. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.~~

~~4.43. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.~~

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

~~4.44. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.~~

~~4.44.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.~~

~~4.44.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.~~

~~4.44.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte,~~

ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência:

4.45. ~~O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência [normal] OU [adicional] de %, prevista no Decreto n.º....., conforme disposto na Resolução n.º..... da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CIGS, por se tratar de [bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras] OU [bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis].~~

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da emissão da ordem de serviço, em remessa única.

5.2. O prazo para a execução dos serviços de recuperação de materiais rodantes será de até 15 (quinze) dias corridos, e para os demais serviços 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data de entrada do equipamento/viatura/componente a ser reparado na oficina da CONTRATANTE;

5.2.1 O fornecimento de peças, suprimentos e acessórios, para fins da execução do serviço, não deverá comprometer os prazos acima citados, contados a partir da autorização, por escrito, emitida pela Administração e dirigida à empresa vencedora;

5.2.2 Excepcionalmente, durante a realização de operações de Engenharia podem ocorrer quebras de componentes de viaturas e equipamentos críticos para execução dessas operações. Por exemplo, uma Escavadeira Hidráulica indisponível para uma equipe de trabalho de terraplanagem, resulta em uma produção não realizada de R\$ 5.898,30 por dia (conforme serviço de código 2 S 01 100 24 - Esc. carga transp. Mat 1ª cat DMT 400 a 600m c/e - SICRO 2 DNIT – Bahia, Março/2015), sem contabilizar os problemas decorrentes aos outros serviços Dependentes deste que por ventura serão impedidos de serem realizados. Tendo em vista os altos custos gerados à Administração decorrentes das falhas não programadas nos ativos empregados nas operações da Companhia, com a finalidade de diminuir os impactos causados à produção, mediante solicitação do CONTRATANTE, para viaturas e equipamentos críticos, as CONTRATADAS deverão:

5.2.3 Apresentar equipe de manutenção volante em até 24 horas após solicitação do CONTRATANTE para realização do diagnóstico do serviço. Após autorização do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá efetuar a manutenção em até 24 horas após a chegada do material;

5.2.4 Fornecer as peças necessárias à disponibilização do ativo em até 72 horas para os casos de componentes de alta mortalidade ou metade dos prazos expressados no número.

5.2.5 Caso seja necessário, mediante autorização prévia do CONTRATANTE, os licitados poderão utilizar serviços de encomenda expressa de mercadoria para cumprimento dos prazos acima (SEDEX ou transportadoras especializadas).

5.2.6 Os custos de envio por encomenda expressa de mercadoria serão acrescidos ao custo total da peça e terão por base os valores correntes praticados pelo serviço SEDEX da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), independente da forma de transporte escolhida contratada pelo licitado.

5.2.7 Todos os prazos acima serão contados a partir das datas de autorização de cada etapa do serviço (solicitação e autorização) e serão finalizados com a disponibilização dos ativos, ficando

passíveis as licitantes de todos os prejuízos administrativos decorrentes do não cumprimento das cláusulas previstas neste Termo de Referência.

5.2.8 O prazo de execução dos serviços será conforme Nota de Crédito específica para este fim e mediante solicitação da Contratante;

5.2.9 Ainda, o Setor Requisitante, antes de empenhar, solicitará ao fornecedor o catálogo atual contendo os preços atualizados, no qual será anexado ao respectivo empenho. Caso haja divergências de alto índice de sobrepreços de mercado atual, o Setor Requisitante realizará pesquisa de preço, no qual também será anexada ao empenho (se houver). Portanto, após análises obtidas, ficará a critério da Contratante a decisão de prosseguir ou não para a realização das despesas.

5.2.10 As peças, suprimentos e acessórios, necessários à execução do seu respectivo serviço, deverão obedecer a todas as normas técnicas e de segurança, previstos em lei e sujeitas à fiscalização dos agentes responsáveis pelo acompanhamento e controle;

5.2.11 A solicitação do serviço deverá ocorrer de maneira parcelada, conforme a necessidade, desde a assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou Termo de Contrato até o prazo de 1 (um) ano;

5.2.12 A CONTRATADA deverá recolher o equipamento/viatura/componente nas instalações da CONTRATANTE no prazo de até 72 (setenta e duas) horas a contar da notificação e de acordo com os respectivos endereços constantes neste Termo;

5.2.13 A CONTRATADA deverá devolver o equipamento/viatura/componente no mesmo endereço de recolhimento, na sede da 23ª CIA E CMB MEC: Av. Pandiá Calógeras nº 49, centro, CEP 75780-000, de acordo com os seguintes horários: Segunda a Quinta-feira: das 8h às 1145h e das 1330h às 1645h e nas sextas feiras das 8h às 1145h.

5.2.14 Os serviços sempre serão acompanhados por um servidor designado (Fiscal de Contrato) pela administração;

5.2.15 A execução dos serviços deve ser feita por mão de obra treinada, certificada em órgão competente e preferencialmente com certificações do fabricante/montador do equipamento/viatura.

5.2.16 A CONTRATANTE reserva-se o direito de realizar diligências, para fins de verificação e/ou comprovação da capacidade técnico operacional da empresa licitante, caso julgue necessário;

5.2.17 Não serão aceitos serviços ou peças em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência;

5.2.18 Os serviços deverão ser executados em oficinas próprias da CONTRATADA, atendendo todas as exigências do Edital, sob responsabilidade técnica da CONTRATADA, devendo possuir equipamentos, instrumentos e ferramental especializado, mão de obra treinada e registrada em órgão competente, literatura técnica específica do fabricante do item, que poderá ser escrita ou eletrônica;

5.2.19 A CONTRATADA deverá dispor de literatura técnica específica do equipamento a reparar/recuperar (Boletim Informativo, Manual de Serviço, Catálogo de Peças do fabricante do item);

5.2.20 Para execução do serviço, obrigatoriamente, será assinado o Contrato de Execução dos Serviços entre as partes, com designação do Fiscal para acompanhamento de seu andamento;

5.2.21 As peças substituídas deverão ser originais ou genuínas, conforme autorização e conhecimento da contratada onde deverão obedecer ao prazo de garantia estipulado expressamente pelo fabricante em termo próprio e contará a partir da data de instalação ou execução do serviço;

5.2.22 A CONTRATADA deverá comprovar, sempre que solicitado pela Companhia, à origem das peças e componentes utilizados na realização dos serviços contratados;

- 5.2.23 A CONTRATADA arcará com todo ônus à completa execução dos serviços de que trata o presente termo, inclusive com despesas para transporte do equipamento, pessoas, viatura ou implemento;
- 5.2.24 A CONTRATADA arcará com todo ônus à completa execução dos serviços de que trata o presente termo, inclusive com despesas para transporte do equipamento, viatura ou implemento;
- 5.2.25 A CONTRATANTE poderá recusar, em todo ou em parte o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, ficando a CONTRATADA obrigada a executar ou fornecer apenas o que for aprovado;
- 5.2.26 A execução dos serviços somente considerar-se-á AUTORIZADA com a prévia autorização para início do serviço por parte do responsável, o qual dará o DE ACORDO para a execução dos mesmos;
- 5.2.27 A execução dos serviços será iniciada no máximo em 48 (quarenta e oito) horas após o acionamento por parte da CONTRATANTE;
- 5.2.28 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 20 (vinte) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 5.2.29 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo máximo de até 20 (vinte) dias corridos, para os casos de recuperação de materiais rodante e 15 (quinze) dias corridos, para os demais serviços, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- 5.2.30 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 5.2.31 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 5.2.32 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- 5.2.33 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive aos decorrentes de serviços com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos das garantias, mesmo expirado o vencimento do contrato e para isto, ao fim de todo serviço, será exigida a apresentação do responsável técnico pelo serviço, que assinará o pronto do serviço na finalização da Ordem de Serviço, a qual deverá acompanhar a Nota Fiscal, na finalização do serviço do equipamento ou viatura;
- 5.2.34 A CONTRATADA será responsável integralmente pelos equipamentos e veículos recebidos para a prestação de serviços, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos neles contidos, obrigando-se à reparação total da perda em caso de furto ou roubo, incêndios, acidentes, deslocamentos sob sua responsabilidade e sinistros, desde a entrega do equipamento para orçamento até o seu recebimento final pelo setor competente da CONTRATANTE;
- 5.2.35 Os equipamentos deverão estar em local coberto, limpo e fechado, deixando-os livres da ação da chuva, vento, poeira, granizo e demais intempéries;

5.2.36 Após a realização dos serviços a CONTRATADA deverá entregar, sob pena de ressarcimento, as peças avariadas/trocadas juntamente com o equipamento no momento da sua liberação;

5.2.37 A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo Oficial de Manutenção ou pelo Fiscal de Contrato da 23ª Companhia de Engenharia de Combate ou por outro agente designado pela CONTRATANTE, que terá, entre outras atribuições, poderes para gerir e fiscalizar o objeto da licitação, nos termos do Art. 117 da Lei Nº 14.133/21. Caberá a este servidor o ateste de conformidade dos serviços ou entrega de bens;

5.2.38 O fiscal do contrato pode paralisar qualquer serviço ou entrega de peça que esteja sendo executada em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária, bem como adotar as providências e exercer as competências da fiscalização previstas no Termo de Referência;

5.2.39 Todos os serviços, depois de concluídos, deverão ser testados na presença do especialista designado da CONTRATADA, ficando sua aceitação final dependendo de aprovação da CONTRATANTE após os testes;

5.2.40 Todos os serviços, depois de concluídos, deverão ser testados na presença do especialista designado da CONTRATADA, ficando sua aceitação final dependendo de aprovação da CONTRATANTE após os testes..

5.2.41 Serviços de reparo e recuperação com aplicação de peças, suprimentos e acessórios, de produção própria ou de outros fabricantes que abastecem a linha de produção com peças manufaturadas segundo as especificações e projeto do fabricante do equipamento, quanto a medidas, espessura e qualidade do material utilizado, elasticidade, dureza, resistência, (variações de temperaturas, exposição ou tempo), expansão (dilatação) e outras características que propiciem um funcionamento harmônico com os demais componentes do equipamento, passando por rigoroso controle de qualidade e que garantam a vida útil e originalidade do equipamento, dentro do projeto original do fabricante e especificações;

5.2.42 Os serviços com aplicação de peças para equipamentos deverão se enquadrar nas seguintes áreas: recuperação ou reparação completa ou parcial dos sistemas, sobretudo dos seguintes sistemas, EM RESUMO:

SISTEMAS	DESCRIÇÃO
MECÂNICA GERAL	Consiste em serviços de mecânica em motor, retífica de motor, sistema de transmissão (embreagem, caixa de câmbio, eixo de transmissão, caixa de direção, junta homocinética), injeção eletrônica, bomba injetora e refil, velas, bombas d'água e combustível, bicos injetores, turbina, sistema de

	freios e embreagem, sistema de arrefecimento, sistema de embuchamento (pinos e buchas) e todos os outros serviços afins;
LANTERNAGEM	Consiste em serviços de troca e/ou conserto de lataria, assoalhos, parachoques, chassis, solda em geral e todos os outros serviços afins;
PINTURA / ESTUFA	Consiste em serviços de pintura automotiva, externa ou interna, com polimento, enceramento, com secagem rápida, todos os outros serviços afins;
CAPOTARIA	Consiste em serviços de substituição ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo, incluindo tapeçaria, bem como a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e todos os outros serviços afins;
SISTEMA ELÉTRICO	Consiste no serviço de substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos, revisão do sistema de sinalização identificadora, luz (faróis, lâmpadas, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de parabrisa e outros);
	Consiste em serviços de substituição ou conserto nos

SISTEMA HIDRÁULICO	sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção e outros);
BALANCEAMENTO, ALINHAMENTO E CAMBAGEM	Consiste em serviços de regulagem do sistema de rodagem do veículo e todos os outros serviços afins;
SUSPENSÃO	Consiste nos serviços de substituição e/ou consertos de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças, molas, pivôs, barra de direção e todos os outros serviços afins;
VIDRACEIRO	Consiste nos serviços de substituição dos vidros frontal, traseiro e lateral, retrovisores, borrachas dos vidros e portas e polimento dos para-brisas e todos os outros serviços afins;
AR CONDICIONADO	Consiste nos serviços de reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo, inclusive a troca de filtro e de gás, conserto e substituição do compressor, higienização, troca de componentes eletrônicos e todos os outros serviços afins;
BORRACHARIA COMPLETA	Consiste em remendos em pneus, troca de pneus, fornecimento de pneus, colocação de rodas, calotas e todos os outros serviços afins;

5.2.43 Por fim, todo e qualquer serviço solicitado pela CONTRATANTE, que tenha relação com equipamentos e seus acessórios presentes neste termo de referência, e que, também, leve ao completo e total restabelecimento da capacidade operativa de equipamentos, inclusive em sua função

ergonômica (cabines e equipamentos de conforto e produtividade), sem risco ou dano ao erário público ou à segurança e às normas técnicas nacionais de manutenção, operação e condução e também ao Código de Trânsito Brasileiro e em acordo com o manual do fabricante/montador, inclusive para acessórios.

5.2.44 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.2.45 O Órgão Gerenciador solicitará aos licitantes, certificações de habilitação de seus mecânicos, que atestem as suas respectivas capacidades técnicas, bem como solicitará vistoria aos equipamentos e ferramentas necessárias à realização de todos os serviços listados no número.

5.2.46 Para fim de habilitação, as empresas deverão possuir todas as certificações técnicas, equipamentos e ferramental acima descritos, e deverão estar em condições de apresentá-los de imediato à licitante, quando solicitadas por ocasião de diligências.

5.2.47 Após a habilitação, as mesmas certificações técnicas, equipamentos e ferramentais acima poderão ser vistoriados, nos mesmos termos do número anterior, sob pena de anulação da proposta e convocação da proposta seguinte do pregão.

5.2.48 A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência.

5.3.

OU

5.4. ~~As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:~~

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]
2ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]
3ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]
[...]	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]

5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (...) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço 23ª Companhia de Engenharia de Combate, localizada na Avenida Pandiá Calógeras nº 49, Setor Central – Ipameri –GO, CEP 75780-000, de segunda-feira à quinta-feira das 09:45 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 16:30 horas e às sextas – feira das 08:00 horas às 11:45 horas

5.7. Os serviços avaliados na Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE como de maior complexidade serão realizados nas instalações da CONTRATADA, enquanto os avaliados pelo

CONTRATANTE como de menor complexidade serão realizados nas instalações da CONTRATANTE (23ª CIA E CMB MEC);

5.7.1 Excepcionalmente, caso o veículo apresente uma pane e não possua condições de locomoção, os serviços deverão ser realizados no local em que se encontra o veículo, de maneira a propiciar seu deslocamento às instalações da CONTRATADA.

5.7.2 Excepcionalmente, em serviços mais técnicos, esta Organização Militar poderá levar os veículos leves e pesados até o raio de 350 km da cidade de Ipameri-GO.

5.7.3 Caso a manutenção realizada no local seja suficiente à perfeita solução do problema apresentado pelo veículo, a CONTRATANTE pode desobrigar o envio do veículo às instalações da CONTRATADA. Com todas as medidas de segurança previstas e necessárias;

5.7.4 Havendo necessidade de manutenção de algum equipamento ou veículo, a CONTRATANTE encaminhará a Ordem de Serviço, preenchida e assinada pelo mecânico responsável com informações sucintas sobre os problemas apresentados pelo veículo, solicitando a elaboração de orçamento à CONTRATADA.

5.7.5 A CONTRATANTE poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente comprometendo-se a CONTRATADA a executar o que for aprovado.

5.7.6 Os orçamentos apresentados pela CONTRATADA terão validade de 60 (sessenta) dias.

5.7.7 Após o recebimento da Ordem de Serviço, preenchida com descrição dos serviços, assinada e autorizada, os serviços serão executados no local indicado pela CONTRATANTE, conforme Termo de Referência, em local coberto, limpo e fechado, sem acesso do público externo, visto tratar-se de veículos oficiais, de modo que ofereça segurança, inclusive da CONTRATADA, deixando-os livres da ação da chuva, vento, poeira, granizo e demais intempéries.

5.7.8 Na realização dos serviços, objeto deste Termo de Referência, será obedecido ao prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados após o recebimento da Ordem de Serviço autorizada pela CONTRATANTE.

5.7.9 A CONTRATANTE poderá estender o prazo estipulado nos itens acima, caso se trate de situação anormal ou de serviço que envolva uma maior complexidade, ficando a CONTRATADA obrigada a cumprir o novo prazo. Este prazo deve estar explícito na Ordem de Serviço a fim de dar maior transparência e publicidade.

5.7.10 Poderá ainda ser acertado prazo menor de execução para determinado serviço, desde que seja realizado em comum acordo entre as partes. Este prazo deve estar explícito na Ordem de Serviço a fim de dar maior transparência e publicidade.

5.7.11 Qualquer deslocamento ou teste pós-manutenção, que exija saída dos limites do pátio da empresa CONTRATADA, só poderá ser realizado COM O ACOMPANHAMENTO DE MILITAR DESIGNADO PELA CONTRATANTE e com placa de categoria especial de acordo com a Resolução vigente do CONTRAN.

5.7.12 As horas de manutenção tratadas no Termo de Referência deverão ser aquelas correspondentes ao efetivo trabalho na manutenção do veículo, não devendo ser consideradas os períodos em que o veículo apenas esteja nas instalações da CONTRATADA.

5.8. A fim de classificar os veículos como Leves ou Pesados será utilizada como parâmetro a Resolução CONTRAN nº 146, de 27 de agosto de 2003, alterada pela Resolução CONTRAN nº 340 de 25/02/2010, que em seus incisos I e II, do §6º, do art. 5, subdivide os veículos em grupos, assim considerar-se-á:

5.8.1 'VEÍCULO LEVE' correspondendo a ciclomotor, motoneta, motocicleta, triciclo, quadriciclo, automóvel, utilitário, caminhonete e camioneta.

5.8.2 'VEÍCULO PESADO' correspondendo a ônibus, micro-ônibus, caminhão, caminhão-trator, trator de rodas, trator misto, chassi-plataforma, motor-casa, reboque ou semirreboque e suas combinações.

5.8.3 Os serviços serão prestados no horário normal de expediente da Contratante (de segunda à quinta-feira, das 09h30min às 11h45min e das 13h30min às 16h45min, e nas sextas-feiras das 08h às 11h45min, ambos horários de Brasília-DF) ou, em casos específicos, no horário em que for necessário para o cumprimento dos prazos acertados na ordem de serviço.

5.9. *Para que seja realizada as fases das despesas, será necessário o fornecedor enviar ao Setor Requisitante a comprovação de preços da tabela do mês de referência, ainda, sendo autenticada (carimbada) no caso de ser emitida por concessionária*

5.9.1 ~~No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a (.....) (dias ou meses ou anos), ou a (metade, um terço, dois terços etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.~~

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.10. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)*

5.11. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.12. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.13. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.14. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.15. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.16. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.17. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.18. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.19. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.20. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa

para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.21. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.22. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.23. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades com base nos quantitativos descritos para cada marca no item 1.1 do termo de referência.

5.24. A demanda do órgão gerenciador terá como base o mapa da frota de veículos desta Companhia, anexo deste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.15.1 Acompanhar juntamente com o Gestor de Contratos sobre e perfeita execução dos serviços;

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

7.2.4.2. ~~Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;~~

~~7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.~~

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 25% (vinte e cinco por cento) a 50% (cinquenta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. **Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação [,ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]**

7.2.4.2.2 ~~[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENALIDADE DIVERSA];~~

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa

jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30(trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1 o prazo de validade;
- 8.12.2 a data da emissão;
- 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5 o valor a pagar; e
- 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

~~8.27. A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~8.28. O Contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante — ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o Contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~8.29. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~8.29.1 R\$..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~8.29.2 {...}~~

~~8.30. Quando admitida a antecipação de pagamento, fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado, na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~8.31. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~

~~8.32. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

- 8.33. ~~A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~
- 8.34. ~~O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até (....) dias, contados do recebimento do (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).~~
- 8.35. ~~A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~
- 8.36. ~~O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado:~~
- 8.36.1 ~~comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação do valor remanescente;~~
- 8.36.2 ~~prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.~~
- 8.37. ~~O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

Cessão de Crédito

- 8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.38.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.38.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.38.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.38.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

- 8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MAIOR DESCONTO*.

OU

9.2. ~~O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. [74 OU 75], inciso [indicar o inciso], da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: [descrever a fundamentação da contratação para enquadramento no dispositivo legal indicado].~~

Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.4.1 *Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital **OU** tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.*

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato

social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. *Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) n.º*

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a sFazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 1% do *valor total estimado da contratação*.

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

9.33. ~~Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente(escrever por extenso, se for o caso), em plena validade;~~

9.33.1 ~~Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.~~

9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.1 *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

9.34.1.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.35. *Para fins de habilitação, o pregoeiro solicitará ao melhor classificado a comprovação do seu acesso na tabela AUDATEX e demais tabelas de referências supracitadas.*

9.36. *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

9.37. ~~*Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;*~~

9.37.1 ~~*Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;*~~

9.38. *Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

9.38.1 ~~*Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*~~

9.38.1.1. (....)

9.38.1.2. (....)

9.38.1.3. (....)

9.38.2 ~~*Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*~~

9.38.3 ~~*Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.*~~

9.38.4 ~~*O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*~~

9.38.4.1. Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei: .];

9.38.4.2. [...]; e

9.38.4.3. [...].

9.38.5 *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.*

9.38.6 *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

9.38.7 *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

Disposições gerais sobre habilitação

9.39. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 2.210.000. (dois milhões duzentos e dez mil reais), conforme custos unitários apostos na [tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.*

10.2. ~~O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.....~~

OU

~~10.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.~~

10.3.1 *Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.*

10.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.5. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.5.1 *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.5.2 *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

10.5.3 *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

10.5.4 *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

I) — ~~Gestão/unidade: [...];~~

II) — ~~Fonte de recursos: [...];~~

III) — ~~Programa de trabalho: [...];~~

IV) — ~~Elemento de despesa: [...]; e~~

V) — ~~Plano interno: [...].~~

11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

OU

11.4. *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Quartel em Ipameri, GO, 19 de fevereiro de 2026

DIONATHAN LUCIANO VAZ – 3º Sgt

Adj do GP Mnt

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

- **APROVO** o presente Termo de Referência;
- Que seja realizado o certame conforme Lei 14.133/21;
- Que a Seção de Aquisição, Licitações e Contratos tomem providências; e
- Dê prosseguimento.

Ipameri-GO, 19 de fevereiro de 2026.

HERMÍNIO NADALON NETO – Cap.
Ordenador de Despesas